

Marilda Lopes Ginez de Lara
Asa Fujino
Daisy Pires Noronha
(Organizadoras)

Informação e Contemporaneidade: Perspectivas

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo

Apresentação Marilda Lopes Ginez de Lara O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos Regina Maria Marteleto Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna? Johanna W. Smit; Maria de Fátima G. Moreira Tálamo Infoeducação: Saberes e fazeres da contemporaneidade Edmir Perrotti; Ivete Pieruccini Informação, cultura e sociedade: reflexões sobre a ciência da informação a partir das ciências sociais Marco Antônio de Almeida Os "lugares da memória": dispositivos ideológicos, esquemas tópicos e sistemas classificatórios Giulia Crippa A leitura no contexto da formação do cientista da informação. Anna Maria Marques Cintra A construção da informação no universo da linguagem na contemporaneidade. Marilda Lopes Ginez de Lara A codificação e a decodificação da informação documentária no Sistema Integrado de Bibliotecas da USP: o Vocabulário Controlado do SIBi/USP Vânia Mara Alves Lima Estudos de institucionalização social e cognitiva da pesquisa científica no Brasil: reflexões sobre um programa de pesquisa Nair Yumiko Kobashi Comunicação e produção científica: avaliação e perspectivas Asa Fujino; Daisy Pires Noronha; Dinah Aguiar Población; José Fernando Modesto da Silva Gestão de serviços de informação no contexto da cooperação universidade-empresa: reflexões e perspectivas. Asa Fujino A informação nas áreas de arte: um olhar além das práticas Maria Christina Barbosa de Almeida Ambientes virtuais de aprendizagem incorporados ao ensino presencial na graduação em Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP: a experiência do Portal Nexus - da informação ao conhecimento Brasilina Passarelli Serviços de informação e histórias em quadrinhos Waldomiro Vergueiro Apresentação Marilda Lopes Ginez de Lara O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos Regina Maria Marteleto Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna? Johanna W. Smit; Maria de Fátima G. Moreira Tálamo Infoeducação: Saberes e fazeres da contemporaneidade Edmir Perrotti; Ivete Pieruccini Informação, cultura e sociedade: reflexões sobre a ciência da informação a partir das ciências sociais Marco Antônio de Almeida Os "lugares da memória": dispositivos ideológicos, esquemas tópicos e sistemas classificatórios Giulia Crippa A leitura no contexto da formação do cientista da informação. Anna Maria Marques Cintra A construção da inform

Capa, arte e diagramação: Janáina Veloso
Produção e Projeto Editorial: Marcos Galindo
Editor Responsável: Vildeane da Rocha Borba
Co-Editor: PPGCI - USP
Tiragem *on demand*

copyright © 2007, As Organizadoras
copyright © 2007, Liber

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc.

Informação e Contemporaneidade: perspectivas. / Marilda Lopes
Ginez de Lara, Asa Fujino, Daisy Pires Noronha Organizadoras. -- Recife: NÉCTAR, 2007.
318 p. : il.

Inclui Referências
ISBN: 978-85-60323-11-1

1. Assunto 2. Ciência da Informação 3. Informação I. Lara, Marilda Lopes de, org. II. Fujino, Asa, org. III. Noronha, Daisy Pires, org. IV. Título.

CDD: 020
CDU: 02



Esta obra foi publicada com verba do Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

LIBER - Laboratório de Tecnologia do Conhecimento
Av. dos Reitores, S/Nº - Cidade Universitária - Biblioteca Central – 2º andar – Recife/PE
CEP: 50670-901 – E-mail: liber@ufpe.br – Fone: (81) 21267726

A construção da informação no universo da linguagem na contemporaneidade

Marilda Lopes Ginez de Lara

LINGUAGEM E LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

Para a Ciência da Informação, a informação é geralmente compreendida como inscrição organizada, construção institucional e intencional formulada segundo objetivos específicos que deve ser formalizada para integrar sistemas informacionais. Enquanto tal, a informação funciona como veículo para o conhecimento quando se expressa em linguagem que integra valores simbólicos e funcionais de modo a estabelecer vínculos de adesão permitindo, assim, a construção do sentido. Em grande medida, princípios de compartilhamento constituem a base dos processos comunicacionais em ambientes documentários.

As formas de organização da informação variaram no tempo, dependendo dos valores e objetivos tomados como referência corroborando à maior ou mais restrita distribuição da informação. Poder e informação sempre estiveram juntos: o predomínio sobre a preservação das coleções ou a utilização de referências universais implicou menores possibilidades de circulação social da informação. Nos dias atuais, a inversão de prioridades esbarra no reconhe-

cimento de que as referências para o estabelecimento de graus de aderência são múltiplas, porque são variadas as abordagens da produção, como o são os objetivos institucionais e as necessidades de informação. Sob essa perspectiva, tomar a linguagem como base para a organização e circulação da informação é fundamental, já que é por meio dela que se realiza a comunicação.

A linguagem, no entanto, também não é algo homogêneo, como não são idênticos os públicos da informação. Existem vários níveis de linguagem que se distinguem pelas comunidades de uso. Na comunicação científica, por exemplo, as diferenças de linguagem se relacionam aos distintos tipos de discursos: entre pares, de especialistas de uma área para outra área, de especialistas para públicos leigos. No âmbito da Ciência da Informação, a circulação da informação para o uso requer que as diferentes formas dos discursos e a diversidade da linguagem dos seus públicos sejam observadas.

Para contemplar essa perspectiva, a Lingüística Documentária, subcampo da Ciência da Informação que compreende os estudos relacionados à linguagem em ambientes informacionais resalta, em primeiro lugar, as peculiaridades que marcam o uso da linguagem nas práticas documentárias. Em segundo lugar, as formas pelas quais é possível promover elos de linguagem e de significação com os públicos visados pelo sistema de informação. Trata-se de observar como ela pode efetivamente exercer seu papel de 'linguagem' nos limites de uma linguagem construída, constituindo um instrumento efetivo de comunicação em sistemas informacionais. Trata-se também de verificar que os arranjos de significação que funcionam como meio de acesso à informação constituem sistemas semióticos particulares, cuja expressão, nos dias atuais, tem de ser realizada supondo um usuário ativo, um sujeito que, nas suas diferenças, reconhece e se apropria dos insumos informacionais pelo seu valor simbólico e cultural.

Sob a ótica acima, o aperfeiçoamento das metodologias de construção da linguagem documentária observa ao menos dois aspectos: de um lado, a língua como meio de codificação objetivante, utilizando-se o modelo da estrutura abstrata do sistema lingüístico como base de registro da rede relacional de termos que a compõem; de outro, as formas que permitem desencadear, na recepção, a partir da estrutura objetivada, uma rede de interpretantes tal que permita recuperar os resíduos da codificação, ou aquilo que escapa ao registro na linguagem, mas que pode ser identificado e apropriado por aqueles que compartilham experiências (GRANGER, 1974). Este último procedimento encontra, na Terminologia, um referencial importante, como poderemos observar mais à frente.

O uso das metodologias de construção de linguagem documentária não se restringe, hoje, à informação bibliográfica. Embora o termo linguagem documentária seja excessivamente marcado para se referir à linguagem de tratamento e busca da informação em ambientes documentários, sua aplicabilidade é mais ampla, incluindo, em sua extensão, os processos de marcação de conteúdo de textos eletrônicos, a organização de conteúdos de *sites*, o tratamento de informação estatística etc. que, de um modo ou outro, não podem prescindir de metodologias de organização. Ao lado dos dispositivos que utilizam o processamento em linguagem natural, a linguagem documentária é um recurso sistêmico que fornece elementos para organizar a busca, funcionando como um recurso facilitador para a identificação e acesso à informação à medida que diminui o grau de dispersão dos resultados. Esse recurso, no entanto, só é efetivo se na elaboração da linguagem documentária forem observados os elementos da produção e dos sistemas comunicativos e interpretativos do usuário, outra maneira de afirmar o reconhecimento do universo simbólico que está na base dos processos de informação socialmente instituídos.

Para melhor compreender o caráter da linguagem documentária exploraremos, primeiramente, as relações entre linguagem, significação e experiência, de um lado, e linguagem documentária, significação e terminologia, de outro. Em seguida, focalizaremos a Linguística Documentária e os princípios básicos que regem seu desenvolvimento, destacando o conceito de informatividade e de intencionalidade que permitem mostrar as relações entre a produção e a recepção.

LINGUAGEM, SIGNIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA

Para Granger (1974, p.133), “todo conhecimento científico se desdobra num universo de linguagem”. Seja utilizando a língua usual ou criando outra, a Ciência sempre requer um sistema linguístico. Enquanto sistema de formas, a linguagem científica se organiza em estruturas abstratas que “remetem (...) a um trabalho de construção e retificação de um vivido”. A língua estrutura os significantes, mas os aspectos semânticos ultrapassam a estruturação manifesta. A significação ordena-se pela experiência, momento vivido por sujeitos formando comunidades. O registro da experiência na linguagem é uma tentativa de transformá-la numa unidade da estrutura, mas essa tentativa comporta sempre um resíduo. “A significação nasceria das alusões a esse resíduo, que a consciência laboriosa apreende na obra estruturada e introduz como imperfeições da estrutura” (GRANGER, p.135). A estrutura, conseqüentemente, não é algo endurecido, ao contrário, é passível de atualização, realização. De outro modo ela seria essencialmente fonológica e sintática.

Granger utiliza Peirce para mostrar o funcionamento da significação: um signo ou *representamen* é uma coisa ligada a um segundo signo, seu objeto, que se relaciona com uma terceira coisa, seu interpretante. Este, por sua vez, também se relaciona com o

objeto e com outro interpretante e assim *ad infinitum*. O interpretante de um signo não remete a uma coisa isolada, mas sempre a uma estrutura simbólica da qual o signo faz parte, ou seja, a uma relação entre objetos no nível do conceito. Desse modo, o interpretante é um comentário, uma definição ou uma interpretação sobre um signo em sua relação com o objeto.

O processo que associa signo e interpretante se dá pela experiência, mas esta nunca se reduz perfeitamente à idéia ou objeto do signo. A semiose se desenvolve por associações contínuas e seu desencadeamento envolve o que Peirce (1977) denomina ‘conhecimento colateral’, que relaciona a interpretação do signo à experiência individual dos sujeitos. Significação e comunicação são processos relacionados que, segundo Eco, operam sempre por meio de deslocamentos contínuos, circunscrevendo unidades culturais sem jamais tocá-las diretamente, mas tornando-as acessíveis através de outras unidades culturais (ECO, 1990). Por esse motivo, quaisquer referências ao signo necessariamente se dão em linguagem.

Na língua natural, ou do cotidiano, o interpretante sempre se associa à experiência. Nas línguas formalizadas, todavia, que não constituem exatamente uma linguagem por sua função comunicativa restrita, o simbolismo (como na lógica ou na matemática) apenas veicula propriedades do objeto científico. As linguagens formalizadas não têm uma segunda articulação como na língua natural e o sentido de seus signos formais não se constitui por remessas a uma estrutura autônoma de oposições e correlações, mas é diretamente embreado no sistema de sintagmas que corresponde ao primeiro nível de articulação das línguas naturais. Assim, as linguagens formalizadas não têm produtividade, não são ‘faladas’ e não se desenvolvem e se modificam por meio do uso. Além disso, esses sistemas simbólicos são intencionalmente construídos de modo a se ordenarem apenas à experiência dos próprios símbolos, nunca remetendo a uma experiência exterior, mas apenas às regras simbóli-

cas que constituem o ‘objeto’ das ciências. A significação nas linguagens formalizadas está anteriormente definida, veiculando sempre o mesmo conjunto de significados. Nas linguagens formalizadas não existe semântica, apenas sintaxe, já que elas não mobilizam uma experiência exterior, remetendo sua significação apenas aos símbolos delas próprias, o que quer dizer que não existe significação nas línguas formais (GRANGER, 1974) no mesmo sentido das línguas naturais.

LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA, SIGNIFICAÇÃO E TERMINOLOGIA

A partir do exposto, pode-se propor que a natureza da linguagem documentária é intermediária entre a linguagem natural e as linguagens formalizadas ou artificiais, uma vez que ela compartilha características de ambas as linguagens. Esse aspecto é problemático, porque seu caráter híbrido não autoriza deduzir seus atributos de uma ou outra, obrigando a pensá-la na sua complexidade particular. Não sendo uma linguagem natural, não dispõe dos elementos que permitam seu funcionamento a partir da experiência; não se caracterizando como linguagem artificial no seu pleno sentido, não reduz a interpretação à experiência dos seus próprios símbolos.

Analisada em si mesma, a linguagem documentária é um sistema autônomo: tem uma macroestrutura cujos elementos constitutivos se relacionam mutuamente. A garantia de seu funcionamento como instrumento de comunicação em sistemas informacionais depende do modo como integra operadores de sentido ou vínculos para a embreagem da significação. Como observa Benveniste, a linguagem só funciona como instrumento de comunicação se funcionar, simultaneamente, como meio para a construção do saber comunicado (BENVENISTE, 1976).

Como sistema semiótico particular, os embreantes³⁷ das linguagens documentárias não encontram sua referência simbólica na particularidade de cada texto, já que por um problema de economia a linguagem documentária opera por generalização reunindo, sob o descritor utilizado na indexação, os textos que compartilham traços de significação. A significação dos descritores da linguagem documentária é remetida ao conjunto dos discursos de especialidade de domínios ou áreas de atividade através de sua terminologia, que passa a constituir a principal referência simbólica das linguagens documentárias. Não se trata simplesmente de restringir o significado dos descritores, mas de conferir-lhes a possibilidade de desencadear interpretantes segundo as relações que se estabelecem entre os signos nas áreas de especialidade consubstancializados nos seus discursos.

Se uma interpretação apressada do uso das referências terminológicas leva a identificar o descritor com uma definição estrita, a compreensão de que tal definição co-relaciona outros signos que se manifestam no discurso de especialidade abre caminho para ampliação da rede de significação veiculada pela referência em causa, permitindo o desenvolvimento de uma semiose particular a partir da mobilização das referências à ‘experiência’ (ou o uso) dos signos conforme as áreas de especialidade ou de atividade.

As relações entre signo e realidade põem em jogo situações lingüísticas, sociais e culturais específicas, razão pela qual se pode compreender porque vertentes recentes da Terminologia não concebem os domínios do conhecimento como entidades fechadas. Gaudin (1993), na ótica da Socioterminologia, sugere a substituição do conceito de domínio pelo de ‘*episteme*’ (segundo proposta de

³⁷ Os embreantes constituem aquilo que permite levar à significação, ou seja, os elementos que desencadeiam o processo semiótico de modo a co-relacionar o signo a seus interpretantes.

Foucault³⁸) acreditando que ele seria mais adequado para descrever a realidade do trabalho científico e profissional e das práticas lingüísticas que o sustentam. Mais do que domínio, o termo *episteme* comporta a possibilidade da polifonia enunciativa (as múltiplas vozes num texto) e a reavaliação das tipologias que separam os textos em categorias segundo o grau de sua 'cientificidade'. A visão de Gaudin se aproxima, assim, daquelas de autores que vêem o discurso científico no interior da linguagem geral partilhando expressões da linguagem natural.

A adoção de um conceito mais flexível do discurso científico permite acolher a variedade manifestada concretamente nos universos discursivos. As referências de significação e de interpretação oriundas desses universos conferem à linguagem documentária a possibilidade de exercer, mais convenientemente, o papel mediador ao mobilizar tanto referências da enunciação (via unidades terminológicas urdidas nos discursos de especialidade), como da recepção (os usos da comunidade de usuários socialmente constituída). Não se trata de permitir o reconhecimento de um conteúdo veiculado, mas de permitir seu desenvolvimento. Sob essa ótica, contempla-se melhor o usuário como sujeito da interpretação.

De fato, o caráter semiótico do signo não admite um interpretante único e fixo, mas a uma possibilidade interpretativa crescente: a associação dos elementos de uma linguagem documentária aos signos que remetem a conceitos em áreas de especialidade ou de atividade não encerra a possibilidade de significação, ao contrário, dá condições para o funcionamento do jogo de relacionamentos entre conceitos no domínio enfocado.

A compreensão teórica e o desenvolvimento de metodologias de construção de linguagens documentárias constituem, hoje, um campo de estudos próprio – a Lingüística Documentária – que

³⁸ Foucault, M. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, c1966.

recorre às disciplinas que tratam da linguagem em sentido amplo, considerando seus aspectos semântico-conceituais, sintáticos, comunicacionais e pragmáticos. Por meio de uma atitude interdisciplinar, a Lingüística Documentária faz apropriações visando resolver seus problemas específicos, como configurando seus pontos de partida teórico-conceituais.

LINGÜÍSTICA DOCUMENTÁRIA E CONCEITO DE INFORMAÇÃO

As relações entre linguagem documentária, significação e Terminologia podem ser estabelecidas de modo diferenciado dependendo do modo pelo qual compreendemos o conceito de informação. No pensamento contemporâneo da Lingüística Documentária, a informação não existe completamente fora das suas condições de uso. No conceito de informação não estão traços de ‘substância’ ou ‘essência’, outro modo de afirmar que conteúdo de um documento é uma noção frágil, pois a informação se constrói no jogo que combina dados do texto, hipóteses de organização da informação e referências das comunidades de usuários via sua linguagem.

Considerando o caráter semiótico da linguagem documentária, tem-se que o que é veiculado como informação é antes uma possibilidade interpretativa baseada no uso dos conceitos nas áreas de especialidade. Aliam-se, desse modo, referências lingüístico-terminológicas de organização estrutural dos conceitos e bases pragmáticas que marcam as práticas simbólicas das diferentes comunidades discursivas. Decorre daí que a informação não é algo construído de modo apriorístico, mas o resultado de uma combinação de fatores.

O conceito acima encontra respaldo, também, nos estudos recentes da Lingüística Textual que não concebem o texto (base para o desenvolvimento da atividade documentária) como um dis-

curso congelado ou um produto acabado de uma ação discursiva, mas como um lugar de interação entre atores sociais, de construção de sentidos. Tal concepção parte da revisão das teorias textuais da década de 60 – que viam o texto como unidade coerente e coesa – e da década de 80 -, quando, numa perspectiva pragmático-enunciativa, se postulou que a coerência não era uma propriedade ou qualidade do texto em si, mas algo constituído numa situação de interação entre texto e seus usuários, para o que corroboram fatores de ordem lingüística, sócio-cultural, cultural e interativa. Depois disso, ao lado da coesão e coerência assim concebidas, outros fatores de textualidade passaram a ser observados, dentre eles os relativos ao processamento cognitivo do texto. A partir da década de 90, além da ênfase conferida aos processos de organização global do texto, assumem importância questões de ordem sociocognitiva, incluindo temas como referenciação, inferenciação e conhecimento prévio, ao lado de outras questões relativas ao estudo dos gêneros textuais (KOCH, 2006).

A compreensão de que a informação não existe de modo apriorístico, mas é antes uma possibilidade interpretativa, implica alterar a configuração dos sistemas informacionais, munindo-os de opções que ofereçam a possibilidade de veicular mensagens documentárias que façam sentido para o usuário, como de formas para responder ao caráter econômico da busca que, parafraseando Gardin (2001), constituem um meio para fazer frente ao desequilíbrio instaurado nos últimos anos entre o volume crescente de documentação especializada e as capacidades humanas de consumo.

Mensagens documentárias que façam sentido para o usuário dependem do grau de relação com sua experiência. Para Nunberg, citado por Frohmann (2004), a questão “o que é informação” deve ser substituída pela verificação das fontes de sua legitimação: mais importante é verificar a possibilidade da informatividade (*informativeness*) dos documentos. A informatividade se organizaria

segundo sua materialidade, sua localização institucional, segundo os modos de disciplinarização social e contingência histórica. A informatividade antecederia, portanto, ontologicamente a informação (FROHMANN, 2004).

González de Gómez (2004) distingue entre os sistemas de recuperação que defendem o controle e acesso planejado à informação por meio de metalinguagens ou linguagens documentárias, e o que privilegia parâmetros discursivos ou textuais sem trabalhar as questões do vocabulário e da terminologia, cuja emergência se relaciona às novas tecnologias de informação. Os dispositivos de informação não-formalizados por regras sistêmicas solicitariam verificar a forma como as pessoas definem, criam e buscam informação, bem como as condições que intervêm no acesso. As duas linhas caracterizariam, de um lado, os estudos de organização do conhecimento e recuperação de informação e, de outro, de busca de informação, sendo a primeira focada nos sistemas de informação e a segunda, no usuário. As questões de linguagem e comunicação seriam, então, tratadas na perspectiva dos dispositivos de tratamento da informação e no das práticas e ações dos sujeitos. Propõe a autora, no entanto, a necessidade de “cruzar as diferentes linhas de indagação” a partir de um estrato intermediário: a modelização da informação proposta por Lyytinen, aproximaria a primeira perspectiva (formalização) à segunda (comunicação sujeita às condições de uso).

A perspectiva acima permite propor compreender a informação como processo ou construção, transferindo a questão da representação do conteúdo a partir da análise dos documentos, para a mensagem, lugar que co-relaciona emissão e recepção. Por essa via, a idéia de documento como unidade portadora de conteúdo é substituída pela de sua função. O documento é sempre ‘informativo’, mas a condição de informatividade se relaciona necessariamente ao uso.

Ligada à noção de representação do conteúdo está a de intencionalidade. Se a informação depende do uso, não seria pertinente falar em caráter intencional da informação. Nunberg, citado por Frohmann (2004), vê na intencionalidade a marca que conecta informação e substância mental. Sob nossa perspectiva, no entanto, há que se observar que, embora não se possa pretender o controle da interpretação, as práticas documentárias são institucionais e têm fins pragmáticos. Enquanto gênero de prática social, a atividade documentária visa a estabelecer relações comunicativas particulares, o que implica dizer que a organização de sistemas informacionais, ao ter como objetivo o acesso e a apropriação, é motivada. Não considerar a intencionalidade significaria, ou ampliar o campo da informação se desfazendo da idéia da especificidade da atividade documentária – e desse modo não teria sentido falar em Ciência da Informação, uma vez que a informação está presente em qualquer campo do conhecimento ou de atividade – ou, de modo mais radical, supor a possibilidade da neutralidade das práticas documentárias.

Admitir a intencionalidade na organização da informação decorrente do caráter pragmático da atividade documentária não significa negar a possibilidade de interpretação: sempre sobram ‘resíduos da codificação’ (GRANGER, 1974). De fato, nos processos de significação, a informação da linguagem é diferente da informação da mensagem (PENUELA CANIZAL, 1984). Há um significado que é previsto no código lingüístico, mas há o processo de recepção onde se mobiliza, além dele, as condições de enunciação, o contexto, a situação, ou seja, embeantes de outra natureza. A mensagem é, nesse sentido, ‘construída’ num processo de negociação: é isto que caracteriza verdadeiramente a apropriação. Além disso, a intencionalidade na emissão não é condição necessária para a comunicação. No limite, portanto, a linguagem documentária veicula hipóteses institucionais de organização, preocupando-se em

validá-las nos discursos das comunidades e nas formas de uso territorializadas da informação.

CONCLUSÃO

O contínuo investimento no desenvolvimento da linguagem documentária encontra seu respaldo na diferenciação entre o que se propõe como sociedade de massas e sociedade da informação (LARA & TÁLAMO, 2007). Na sociedade de massas a referência é um sujeito indiferenciado, manipulável e com pouca chance de se constituir como cidadão. Na sociedade da informação, ao menos teoricamente, é possível propor o reconhecimento das diferentes condições dos sujeitos, suas expectativas, necessidades e referências sócio-culturais.

O aprimoramento dos instrumentos pré-organizados não tem necessariamente como contrapartida uma crítica incisiva ao uso de dispositivos de processamento e busca em linguagem natural: procura-se, ao contrário, meios de ampliar o leque de opções de acesso respeitando as categorias da produção e da recepção.

O desenvolvimento da Lingüística Documentária (TÁLAMO & LARA, 2006) procura compreender o funcionamento da linguagem em sistemas informacionais e propor formas de responder à possibilidade de significação e de interpretação, mobilizando referenciais que combinam dados da produção e dos sistemas comunicativos e interpretativos do usuário, reconhecendo, assim, o universo simbólico que está na base dos processos de informação socialmente instituídos. A linguagem documentária, seu principal produto, procura integrar hipóteses institucionais, referências e mecanismos de acesso, de modo a criar condições para o funcionamento dos embreantes nos processos de construção da informação.

Se o pensamento ‘positivo’, afirmado nos códigos e critérios que tradicionalmente nortearam as formas de organização da informação, teve em suas bases a suposição da possibilidade do compartilhamento universal da informação – que conformou ‘nossa memória subrogada’, segundo Gutiérrez (García Gutiérrez, 2002) -, as propostas contemporâneas procuram observar que a circulação social da informação é um fato cultural e depende, por esse motivo, da observação dos universos onde acontecem. Decorre daí a impossibilidade de uma única matriz a partir da qual se possa ‘modelar’ a informação: os princípios de organização da informação para o acesso gozam de relativo compartilhamento, mas as ocorrências concretas são particulares, dado que a produção do conhecimento é plural e as possibilidades de interpretação dos usuários são diversificadas.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, É. Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística. In: BENVENISTE, É **Problemas de lingüística geral**. São Paulo: Pontes, 1976. p. 19-23
- ECO, U. **O signo**. Lisboa : Ed. Presença, 1990.
- FROHMANN, B.. Documentation redux: prolegomenon to philosophy of information. **Library Trends**, Winter, 2004.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **La memoria subrogada**: mediación, cultura y conciencia en la red digital. Granada : Universidad de Granada, 2002.
- GARDIN, J.-C. Vers un remodelage des publications savantes: ses rapports avec les sciences de l’information. Troisième colloque d’ISKO-France, Paris, Université de Nanterre, 5-6 juillet 2001: conférence invitée. In: CHAUDIRON, S. & FLUHR, C. **Filtrage et résumé automatique de l’information sur les reseaux**. Paris : Université de Paris X, 2001. p.3-11.

GAUDIN, F. **Pour une socioterminologie**. Rouen: Pub. Université de Rouen, 1993.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.33, n.1, 2004. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciainformacao/viewarticle.php?id=90>>. Acesso em 12.04.2006.

GRANGER, G.. **Filosofia do estilo**. São Paulo : Perspectiva, 1974.

LARA, M. L. G.; TÁLAMO, M. F. G. M.. La réception dans les procès documentaire: information et production de sens. In: du COLLOQUE INTERNATIONAL DU CHAPITRE FRANÇAIS DE L'ISKO, 6ème, 2007, Toulous. **Actes: Organisation des connaissances et société des savoirs: concepts, usages, acteurs..** Toulouse : LERASS – Université Paul Sabatier; ISKO, 2007. v. 6. p. 79-95.

LOPES, E. Prefácio. In: PEÑUELA CAÑIZAL, E. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo : Cultrix, 1984.

PEIRCE, C.S.. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Netto; rev. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1977 (Estudos, n.46).

TÁLAMO, M.F.G.M. & LARA, M.L.G. de. O campo da Lingüística Documentária. **Transinformação**, Campinas, v.18, n.3, p.203-211, 2006. Disponível em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/index.php>

